

VASCONCELOS, Ronado et al. *Reforma da Lei de Recuperação e Falência - Lei 14.112/2020*. São Paulo: Editora IASP, 2021. 1338p.
(Referência bibliográfica de acordo com NBR 6023/2018)

Apresentação - RONALDO VASCONCELOS - p. 7

Apresentação do Presidente do IASP - RENATO DE MELO JORGE SILVEIRA - p. 13

Prefácio - MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS - p. 17

OBSERVATÓRIO DE INSOLVÊNCIA

Atualização da 2ª fase do observatório de insolvência - Recuperação judicial no Estado de São Paulo - IVO WAISBERG, MARCELO BARBOSA SACRAMONE, MARCELO GUEDES NUNES E JULIO TRECENTI - p. 31

DISPOSIÇÕES COMUNS RJ E FALÊNCIA

Os créditos garantidos por cessão fiduciária na reforma da lei de falências - ASSIONE SANTOS e LUIS MIGUEL ROA FLORENTIN - p. 83

As novas disposições legais sobre a constrição de bens na recuperação judicial - EDUARDO AZUMA NISHI e MARCIO CALIL DE ASSUMPÇÃO - p. 109

A relevância do *stay period* na recuperação judicial - PAULO CELSO POMPEU - p. 137

ALTERAÇÕES NO CRÉDITO FISCAL

Atualização da Lei de Recuperações Judiciais e Falências: novas perspectivas para o crédito fiscal - MATHEUS MELLO PEREIRA, JIMMY LAUDER MESQUITA LUCENA E GABRIEL AUGUSTO LUÍS TEIXEIRA GONÇALVES - p. 159

A posição do fisco na recuperação judicial, de acordo com a Lei 14112/2020 –

Principais mudanças para as recuperandas - THOMAZ LUIZ SANT'ANA, RODRIGO DE FREITAS e ANDRESSA KASSARDJIAN CODJAIAN - p. 177

Lei nº 14112/20: virada de página para a solução das questões fiscais na insolvência? - PEDRO FREITAS TEIXEIRA, FILIPE AGUIAR DE BARROS e FLÁVIA PALMEIRA DE MOURA COELHO -p. 205

VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS

Reflexões sobre os procedimentos de verificação e de habilitação de créditos à luz da reforma da Lei nº 11101/2005 - ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA e PEDRO IVO LINS MOREIRA - p. 235

CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES NA RJ

Da conciliação e mediação empresarial e sua aplicabilidade no novo regime concursal - CAMILA CRESPI CASTRO - p. 273

A mediação na recuperação judicial e sua inclusão na Lei de Falências (com redação determinada pela Lei nº 14112, de 25/12/2020) - ANDRÉA GALHARDO PALMA - p. 293

Mediação como método de resolução de disputas societárias no âmbito das recuperações judiciais - JULIANA BUMACHAR e RENATO SCARDOA - p. 317

O novo instituto da negociação prévia - GABRIEL JOSÉ DE ORLEANS E BRAGANÇA e LUIS FERNANDO GUERRERO - p. 339

A prática da mediação em recuperação judicial e a reforma da lei - GUSTAVO MILARÉ ALMEIDA e LOURDES REGINA JORGETI - p. 359

ADMINISTRADOR JUDICIAL E COMITÊ DE CREDORES

As alterações da lei de recuperação judicial e falência determinadas pela Lei 14.112/2020 - OSANA MARIA DA ROCHA MENDONÇA - p. 385

Alterações nas funções do administrador judicial - IRINI TSOUROUTSOGLU - p. 393

Administrador judicial: impactos na responsabilidade civil e na remuneração em face das novas funções atribuídas pela lei 14.112/20 - JOICE RUIZ BERNIER - p. 413

As novas funções do administrador judicial com a reforma da lei e seus desafios - FILIPE DENKI BELÉM PACHECO - p. 435

ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES

Assembleia geral de credores: novidades e pontos controvertidos - FELIPE LOLLATO e GUILHERME FRANÇA - p. 461

Assembleia geral de credores: novos desafios e perspectivas - CINIRA GOMES LIMA MELO e DANIEL BUSHATSKY - p. 497

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PLANO DO CREDOR

“*Best Interest of Creditors Test*” à brasileira: a tutela do melhor interesse de credores prevista no artigo 50, XVIII, da Lei n.º 11.101/2005 - CAROLINA KIYOMI IWAMOTO - p. 527

A natureza negocial do plano de recuperação judicial e o descumprimento das obrigações nele assumidas em tempos de pandemia: problema concursal com solução contratual? - GUSTAVO LACERDA FRANCO - p. 549

Novos meios de recuperação judicial - MARIA FABIANA DOMINGUEZ SANT’ANA e CAMILA VENTURI TEBALDI - p. 581

O plano de recuperação judicial alternativo proposto pelos credores: aspectos gerais - BEATRIZ DELÁCIO GNIPPER - p. 607

Reflexões sobre o plano de credores na reforma da Lei de Recuperação de Empresas e Falências - IGOR SILVA DE LIMA e GUSTAVO DOS REIS LEITÃO - p. 625

Plano de recuperação judicial – Primeiros comentários ao plano alternativo e outras alterações relevantes introduzidas pela Lei nº 14.112/2020 - HENRIQUE ÁVILA e VICTORIA VILLELA BOACNIN - p. 649

O plano de recuperação judicial de credores na reforma da Lei de Recuperação de Empresas e Falência (LRE, arts. 6º, §4-A, E 56, §§4º a 8º) - MARCELO VIEIRA VON ADAMEK - p. 671

PRODUTOR RURAL

O novo regime de sujeição de créditos na reestruturação da atividade de produção rural - RENATO BURANELLO e JOSÉ AFONSO LEIRIÃO FILHO - p. 695

A submissão de créditos em face da recuperação judicial dos produtores rurais à luz da Lei nº 11.101/05 e das alterações introduzidas pela Lei nº 14.112/20 - DOMINGOS FERNANDO REFINETTI, JULIANA BROTTTO DE BARROS MILARÉ e VICTOR SALGADO - p. 715

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Sistema de alienação de ativos do art. 60 da lei de recuperação judicial: uma síntese epistemológica - JÁDER AURÉLIO GOUVEIA LEMOS NETO e RENATO HAYASHI - p. 741

FINANCIAMENTO DO DEVEDOR E DO GRUPO DEVEDOR NA RJ

Fortalecimento do *dip financing* no direito brasileiro – Breves comentários às alterações legislativas de estímulo a essa modalidade de financiamento - LEONARDO MORATO e RENAN SCAPIM - p. 767

O financiamento da empresa em recuperação judicial diante da reforma da Lei de Recuperação de Empresas e Falência - CESAR CIAMPOLINI NETO, MARCELO BARBOSA SACRAMONE e FERNANDA NEVES PIVA - p. 779

Financiamento do devedor na nova recuperação judicial – Análise crítica da Lei nº 14112/20 a partir de três pontos - DANILO PALINKAS e FILIPE GUIMARÃES - p. 803

CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

A consolidação substancial: antes e após a reforma da Lei 11101/2005 - KLEBER DE NICOLA BISSOLATTI e MONIQUE HELEN ANTONACCI - p. 829

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Encerramento da recuperação judicial - JOÃO PEDRO SCALZILLI, LUIS FELIPE SPINELLI e RODRIGO TELLECHEA - p. 859

CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA

A venda integral da devedora e a convolação da recuperação judicial em falência - ALINE DE TOLEDO MARTINS, CÉSAR AUGUSTO MARTINS CARNAÚBA e THAIS D'ANGELO DA SILVA HANESAKA - p. 875

FALÊNCIA: DISPOSIÇÕES GERAIS

Desconsideração da personalidade jurídica e extensão dos efeitos da falência: nova lei, velhos problemas - PAULO FURTADO DE OLIVEIRA FILHO e RONALDO VASCONCELOS - p. 901

FALÊNCIA: CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS

Classificação dos créditos na falência - EDUARDO FOZ MANGE e RENATO LUIZ DE MACEDO MANGE - p. 923

Classificação dos créditos e pagamento dos credores na falência - RENATA MARTINS DE OLIVEIRA AMADO, CAROLINA MASCARENHAS e GIOVANNA LUZ PODCAMENI - p. 943

FALÊNCIA: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E AÇÃO DE RESPONSABILIDADE

O incidente da desconsideração da pessoa jurídica e a (in)segurança jurídica - DALTRO BORGES FILHO, THIAGO PEIXOTO ALVES e MARCOS PITANGA CAETÉ FERREIRA - p. 973

A desconsideração da personalidade jurídica e o fim da extensão dos efeitos da falência - MARIA TEREZA TEDDE DE MORAES CAVALCANTE - p. 991

FALÊNCIA: INABILITAÇÃO EMPRESARIAL, DIREITOS E DEVERES DO FALIDO

Novo regime jurídico da reabilitação do falido instituído pela Lei nº 14.112/20: suas implicações - MARIA RITA REBELLO PINHO DIAS - p. 1017

FALÊNCIA: ARRECADAÇÃO E CUSTÓDIA DOS BENS

A importância da arrecadação e custódia de ativos na falência - MARCELLO DO AMARAL PERINO e LÍVIA GAVIOLI MACHADO - p. 1047

FALÊNCIA: INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA

A sistemática da ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência diante da reforma da Lei 14112/2020 e sua inaplicabilidade aos processos recuperacionais - JULIANA FUKUSIMA SATO e TATIANA FLORES GASPAR SERAFIM - p. 1065

FALÊNCIA: REALIZAÇÃO DO ATIVO

Realização do ativo na falência: a deliberação pelos credores na Lei nº 11101/2005 e suas alterações pela Lei nº 14112/2020 - IVO WAISBERG e GILBERTO GORNATI - p. 1091

FALÊNCIA: ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

O *fresh start* empresarial – A extinção das obrigações do falido na Lei 14112/2020 - THIAGO DIAS COSTA e CLARA MOREIRA AZZONI - p. 1109

Falência – Encerramento do processo falimentar e extinção das obrigações do falido – Uma visão do artigo 114-A introduzido pela Lei 14112/2020 - JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO - p. 1129

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Procedimento antigo, novas ferramentas: o processo de solicitação de consentimento na recuperação extrajudicial (Art. 163, §7º, da Lei 11101/2005) - SHEILA C. NEDER CEREZETTI e ANA ELISA LAQUIMIA DE SOUZA - p. 1147

A reforma da lei 11.101/2005 e a nova perspectiva da recuperação extrajudicial - LUIZ FERNANDO VALENTE DE PAIVA e JOANA GOMES BAPTISTA BONTEMPO - p. 1173

INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL

Questões relativas à competência jurisdicional para reconhecimento de processos estrangeiros de insolvência - PAULO FERNANDO CAMPANA FILHO e RAPHAEL NEHIN CORRÊA - p. 1209

A adoção da Lei Modelo Uncitral e os graus de cooperação internacional: processo estrangeiro principal, processo estrangeiro não principal e processos concorrentes - FRANCISCO SATIRO e SABRINA MARIA FADEL BECUE - p. 1229

Inovações da insolvência transnacional na Lei 11101/05 e seus principais impactos na localização e recuperação de ativos - ERONIDES APARECIDO RODRIGUES DOS SANTOS e OCTAVIANO BAZILIO DUARTE FILHO - p. 247

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

A reforma dos procedimentos de insolvência e a tentativa de solucionar dois problemas processuais: a contagem de prazos e o cabimento de agravo de instrumento na recuperação e na falência - GERALDO FONSECA e TERESA ARRUDA ALVIM - p. 1281

As normas de direito intertemporal e a aplicação da Lei nº 14.112/20 - LUCIANA CELIDÔNIO e PEDRO MAGALHÃES HUMBERT - p. 1297